

am



NPK + MICRONUTRIENTES
ACORATEM NOME:



CONSTITUINTE

O parlamentarismo domina na primeira sessão de debates

por Andrew Greenless
de Brasília

O parlamentarismo venceu o presidencialismo ontem, na primeira sessão extraordinária da Constituinte convocada para o debate de questões específicas, consideradas polêmicas. O "placar" esperado no início da noite era de dez oradores parlamentaristas contra quatro presidencialistas. Até às 21 horas, o grande destaque foi o pronunciamento do senador Afonso Arinos (PFL-RJ), para quem os constituintes têm agora a grande oportunidade "para levantar este País", instituindo o regime parlamentarista.

"Presidencialismo é apenas uma forma amena de absolutismo", afirmou, por sua vez, o deputado Egídio Ferreira Lima, do PMDB pernambucano, poucas horas antes de subir à tribuna. Ferreira Lima foi o relator da comissão que cuidou do tema e aprovou o chamado "parlamentarismo à brasileira", no qual o presidente da República é eleito pelo voto popular e exerce as funções de chefe de Estado, enquanto o primeiro-ministro, escolhido pela Câmara dos Deputados dentre os congressistas, assume as responsabilidades de chefe de governo.

"O parlamentarismo diminui o peso político da

"Quem deve mandar?"

por Edson Beú
de Brasília

"Quem deve mandar mais no País?" — essa foi a pergunta que o governo pediu para o Instituto Gallup fazer nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Entre 1.244 pessoas ouvidas, 42,6% responderam que o presidente da República é "quem deve mandar mais"; 35,3% entenderam que o poder de mando deve ser dividido entre o presidente da República e o Congresso Nacional e 13,1% dos pesquisados transferiram essa autonomia unicamente para o Congresso Nacional — Senado e Câmara dos Deputados.

O secretário de Imprensa, Frota Neto, conclui que o resultado da pesquisa indica que o povo brasileiro apóia o mesmo sistema de governo

defendido pelo presidente José Sarney, isto é, o presidencialismo com uma participação mais atuante do Legislativo. Lembrou que 77,9% dos pesquisados defendem associadamente ou não a supremacia do presidente da República e do Congresso Nacional. "Os números revelam que há uma sintonia da visão do presidente com a da sociedade", deduz o secretário.

O governo, segundo Frota Neto, não vai utilizar os índices da amostragem do Gallup para reforçar sua defesa pelo presidencialismo mitigado, junto aos constituintes. "O presidente não dá recados à Constituinte", rebateu. No entanto, observou que "o governo espera que o texto da nova Constituição brasileira reflita o pensamento da sociedade".

eleição presidencial e não coloca em disputa programas nacionais", rebatia o deputado José Genoíno, do PT, também inscrito para falar na sessão que deveria durar até as primeiras horas da madrugada. O representante do PDT, Vivaldo Barbosa, também defendeu o presidencialismo. O deputado José Carlos Coutinho, que estava ins-

crito para falar em nome do PL, adiantou que condenaria a implantação do parlamentarismo por considerá-lo "casufístico", ou uma espécie de solução mágica para a crise brasileira. "O presidencialismo só foi bem aplicado nos Estados Unidos, que produziu um milagre histórico, sem repetição", disse Afonso Arinos. Segundo o senador,

est sistema, no Brasil, sempre esteve associado ao autoritarismo, devido às raízes positivistas da República brasileira. O pronunciamento de Arinos mereceu aplausos do plenário cheo, num raro momento em que bom número de constituintes compareceu a um sessão. Cerca de 130 parlamentares estiveram presentes.

Os defensores do parlamentarismo foram unânimes em rebater a tese de que "País não tem partidos fortes para sustentar o novo sistema. "É justamente o contrário", argumentou a deputada Cristina Tavares, do PMDB pernambucano. "Somente no parlamentarismo é que os partidos se fortalecem". "Este sistema leva ao diálogo", completou o deputado Bonifácio Andrada, do PDS. Defendiam ainda o parlamentarismo os deputados Nilton Friedrich (PMDB), Eduardo Bonfim (PC do B), Roberto Freire (PCB), Dirceu Tutu Quadros (PTB), José Maria Eymael (PDC) e Jamil Haddad (PSB).

O deputado Plínio de Aruda Sampaio (PT), mostrava-se satisfeito com os resultados de sua proposta de debates por assuntos específicos. "Foi um sucesso", avaliou. A discussão de hoje será sobre União, estados e municípios. Amanhã, será vez da reforma agrária.

Entidades entregam hoje emenda para aumentar a participação popular

por Francisca Stella Fagó
de Brasília

A primeira das cinquenta emendas populares preparadas pelos plenários pró-participação popular na Constituinte será entregue hoje às 15 horas ao presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, por cerca de duzentos representantes das diversas entidades que patrocinaram a emenda. Para a próxima quarta-feira, dia 12, os plenários programam uma grande solenidade destinada à entrega conjunta das emendas, assinadas por milhões de eleitores.

A emenda a ser entregue hoje prevê instrumentos de participação da sociedade nas decisões do governo e no processo de elaboração das leis. E a única das cinquenta que os plenários pró-participação popular assumiram como sendo de sua autoria. As demais, segundo Francisco Whitaker, integrante da comissão de acompanhamento da Constituinte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foram estimuladas pelos plenários e tratam de inúmeros temas, como reforma agrária, educação, direitos dos trabalhadores, dos idosos, ecologia e reforma urbana.

Os plenários nasceram em 1985, em São Paulo, com o movimento em defesa da Constituinte exclusiva. Espalharam-se, desde então, por mais dezesseis estados. Em inúmeras cidades, os plenários criaram salas de Constituinte e patrocinaram reuniões com a comunidade destinadas a discutir os temas da Constituinte, organizar as emendas populares e armar estratégias para a coleta de assinaturas.

A proposta da emenda a ser entregue hoje é dar continuidade no futuro ao mecanismo de participação popular aberto pelo regimento interno da Constituinte, que permite a apresentação de emendas populares por mais de 30 mil

eleitores, em listas organizadas por pelo menos três entidades.

Em onze artigos, a emenda propõe que, depois de promulgada a nova Constituição, suas disposições possam ser alteradas a partir de emendas apresentadas por 1% do eleitorado nacional. As leis ordinárias também poderiam ter iniciativa popular, a partir de emendas assinadas por pelo menos 70 mil eleitores.

REFERENDO POPULAR

Outra proposta dos plenários pró-participação popular pretende tornar obrigatório o referendo popular sempre que uma emenda constitucional não seja aprovada por pelo menos 40% dos parlamentares.

A emenda dos plenários amplia também as possibilidades de discussão em juízo dos atos e leis que contrariam a Constituição. E permite que o Judiciário determine o cumprimento da Constituição quando o Executivo ou o Legislativo se omite. Se, por exemplo, a Constituição previr o princípio de que todo cidadão tem direito a uma remuneração suficiente para atender às suas necessidades básicas, como alimentação e moradia, o Judiciário poderia ser acionado e determinar o cumprimento do princípio em casos concretos.

A ação de inconstitucionalidade, que pela legislação vigente só pode ser proposta por uma pessoa, o procurador geral da República, poderia, pela proposta dos plenários, ser proposta por qualquer cidadão.

Francisco Whitaker acredita que a proposta terá dificuldades para ser aprovada na Constituinte. Mas o leque, segundo ele, deverá ser ampliado na nova Carta, de forma que entidades civis possam ter legitimidade para pedir a declaração de inconstitucionalidade das leis.

Governadores articulam encontro

por Riomar Trindade
do Rio

Os governadores do PMDB voltarão a reunir-se, na próxima semana — a data ainda não foi oficialmente marcada, mas o encontro deverá ocorrer já na segunda-feira, no hotel Glória, no Rio —, para articular uma posição unitária em defesa de temas específicos, de interesse dos estados, que estão sendo tratados na Assembleia Nacional Constituinte, como, por exemplo, a reforma tributária e o sistema de governo. Um dos organizadores do encontro — definido por políticos com bom trânsito no Palácio Guanabara como uma ampliação da reunião realizada em Brasília, logo após a convenção do PMDB, no mês passado — é o governador fluminense Moreira Franco.

A articulação envolve também os secretários estaduais de Fazenda, que estarão reunidos, na sexta e no sábado próximos, em Canela, cidade da região serrana do Rio Grande do Sul, para uma análise conjunta do anteprojeto da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Constituinte, que trata da reforma do sistema tributário nacional. A reunião dos secretários de Fazenda será aberta pelo governador gaúcho Pedro Simon e tem dois objetivos: além de examinar o anteprojeto enviado à Comissão de Sistematização, os secretários — apenas os representantes do Piauí e do Acre não confirmaram participação — tentarão definir posições de consenso para levar à reunião do Conselho Nacio-

Collor vai ao palanque

por Zanoni Antunes
de Brasília

O governador de Alagoas, Fernando Collor, comunicou ontem ao presidente do seu partido e da Constituinte, Ulysses Guimarães, que vai integrar-se à campanha por eleições presidenciais para o próximo ano. O governador alagoano explicou que a sua posição está respaldada pela última convenção do PMDB que, ao não se decidir pela questão do mandato presidencial, "liberou a todos para agir de acordo com suas consciências".

Collor disse que o deputado Ulysses Guimarães não fez nenhum apelo para que mudasse de posição, "apenas ponderou que o PMDB tem de fazer uma opção entre ser oposição e ser gover-

no". Outra ponderação do presidente do partido, segundo o governador, foi com relação à Constituinte. Ulysses teme que uma campanha Presidencial possa prejudicar o ordenamento dos trabalhos da nova Carta.

O governador de Alagoas, no entanto, discorda que uma campanha à presidência da República possa prejudicar a Constituinte. Segundo ele, "entramos na fase da razão onde todo debate é enriquecedor", acrescentando que também seria uma maneira de os constituintes "ouvirem a voz das ruas". Collor confirmou que participará do próximo comício das diretas, sexta-feira próxima, em Caruaru (PE), reduto eleitoral do ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra.

nal de Política Fazendária (Confaz), marcada para o dia 18 deste mês, em Brasília.

"A defesa da autonomia dos estados para o fortalecimento da Federação será o tema principal da reunião", disse a este jornal, ontem, o secretário da Fazenda do Rio, Jorge Hilário Gouvea Vieira. Segundo ele, o anteprojeto da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças agrada às secretarias estaduais de Fazenda, mas ainda necessita de aperfeiçoamentos. "Na reunião não haverá disputa entre o Sul e o Norte, entre ricos e pobres, mas uma postura conjunta em defesa da autonomia dos estados e municípios."

O resultado do encontro dos secretários de Fazenda será avaliado na reunião dos governadores, que pre-

tendem influenciar na Constituinte, principalmente sobre os temas ligados diretamente às finanças estaduais, como o sistema tributário. Segundo o prefeito de Petrópolis, Paulo Rattes, a reforma tributária que os governadores desejam deve contemplar autonomia aos estados até para criar tributos, caso seja necessário. Rattes observa ainda que a questão do mandato do presidente

da República, a ser definido na Constituinte, é outra preocupação: ou seja, os estados querem autonomia para estipular o tempo de duração dos mandatos dos governadores independentemente do que for fixado na nova Constituição. E se a Constituinte definir-se pelo parlamentarismo como sistema de governo, Moreira Franco, segundo Rattes, quer autonomia para optar.